

29/15/98
10
OESP

A-2

WASHINGTON NOVAES

Ar, água, terra e fogo

O brasileiro não aceita a poluição ambiental e a degradação, mesmo que elas possam ser rotuladas como “desenvolvimento” ou “mais empregos”. Tem um respeito reverencial pela natureza, mas não enxerga seu corpo como parte dela. Julga-se pouco informado sobre meio ambiente e não considera os problemas urbanos (lixo, esgotos, assoreamento de rios, inundações, etc.) como ambientais. E o que diz uma pesquisa repetida em 1992 e 1997 pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Iser.

Com esse conjunto de visões, os brasileiros não conseguem exigir de seus políticos, nas campanhas eleitorais, compromissos com soluções ambientais. E, por isso, quando eles chegam ao poder, isolam a questão ambiental num ministério, secretaria ou órgão de baixa hierarquia – em geral, sem recursos e sem força para enfrentar políticas e problemas gerados pelas outras áreas dos governos, dos transportes à agricultura, da energia à mineração, da irrigação à ocupação do solo urbano, etc., etc.

Os representantes dos movimentos ambientalistas que se reuniram no último fim de semana, no Rio de Janeiro, para analisar esse quadro partiram de premissas duras:

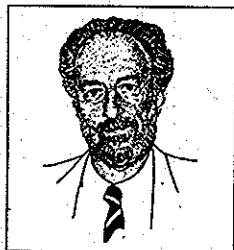
- O Brasil não tem política ambiental;

- o movimento ambientalista, em crise, não tem estratégias;

- há uma espécie de esgotamento das formas de participação propiciadas pela redemocratização do País.

Que fazer diante dessa realidade perturbadora?

Não foram difíceis os consensos sobre tendências. Todos reconhecem que nos últimos cinco anos as questões ambientais urbanas (lixo, água, saneamento) ascenderam ao primeiro plano, apesar do avanço da degradação em todos os biomas, a ponto de se considerar a Amazônia “ameaçada”. Também parece claro que o meio ambiente ocupou maiores espaços em todos os níveis de governo – mas com reduzida eficácia. Tornou-se com-



É preciso retornar aos fundamentos da vida, repensar os formatos de viver

plexo o diálogo entre os vários setores da sociedade, com quase todos eles se apresentando como defensores do “desenvolvimento sustentável”, mas com conceitos muito diversos do que isso seja, freqüentemente contraditórios e irreconciliáveis. Avançou-se na legislação protetora do meio ambiente e repressora de agressões, mas é difícil aplicá-la. E as políticas governamentais continuam

a ser concebidas e executadas com quase absoluto desprezo pelo ambiental.

Até aí não era difícil o consenso (a não ser quando se discutiu o que é desenvolvimento sustentável). Complicado é desenhar estratégias capazes de levar o ambientalismo a sair da atual fase pré-política, avançar. Como se fará para informar a população e levá-la a mudar de atitude, seja no plano pessoal, seja no político? Como definir novos formatos de participação? Como conseguir que as novas atitudes levem

os governos a internalizar a questão ambiental em todas as suas ações, retirando-a dos guetos em que vive confinada? Como avançar já no processo sucessório em que o País está entrando?

Ficou claro que são vitais as estratégias de comunicação. Se o tema não avançar na chamada mídia, muito pouco será possível. Mas para isso será preciso criar sistemas de informações eficientes, capazes, por exemplo, de mostrar à população as relações entre as questões ambientais, a educação e a saúde. Ou a qualidade de vida urbana – comprometida pelas inundações, pela erosão, pelo assoreamento de rios, pela impermeabilização do solo, pelos privilégios ao transporte individual e a outros formatos que comprometem a qualidade do ar e geram congestionamento de trânsito.

Então, será preciso também “urbanizar” a questão ambiental. E por aí chegar até propostas de alternativas sustentáveis de consumo, longe do consumismo gerador de tanto lixo e poluição. Implantar as Agendas 21 locais, capazes de articular ações locais adequadas e ao alcance do cidadão comum. Articular as instituições já comprometidas

com questões ambientais em torno de pautas mínimas a serem levadas a todos os candidatos, para deles exigir compromissos concretos. Fazer da diversidade de visões e conceitos dos movimentos ambientalistas uma força, e não um processo autofágico, divisionista.

Será possível? Conseguirão os ambientalistas definir caminhos institucionais que os unam e fortaleçam num momento de crise interna e externa?

Todos concordaram que é possível esboçar uma estratégia em torno do que se poderia chamar de segurança ambiental. O País enfrenta a crise da seca (que ameaça alongar-se no tempo) e da má gestão de seus recursos hídricos – seja no Nordeste, seja nas metrópoles inundadas e congestionadas. Enfrenta o fogo em Roraima, que ameaça agora irromper num extenso arco que vai do Pará a Rondônia. Dilapida, com a erosão gerada pelo mau uso do solo, sua base física, seu capital concreto (quase 1 bilhão de toneladas/ano de solo fértil perdidas, exportadas para os rios e o mar). Devasta e desperdiça sua diversidade biológica, a mais rica da Terra, despreza sua maior possibilidade de um futuro sustentável.

A água, a terra, o ar, o fogo. Retorna-se aos filósofos pré-socráticos, para os quais tudo na vida se resumia, ao fim e ao cabo, a esses quatro elementos.

O quadro sugere, portanto, que se tem de retornar aos fundamentos da vida. Repensar nossos formatos de viver. A crise é civilizatória. Exige mudanças de patamar.

Os ambientalistas parecem estar dando um passo à frente quando conseguem superar divergências conceituais e práticas, na tentativa de formular um programa comum, capaz de fazer avançar não apenas o movimento em si, mas o nível de informação da sociedade – para que ela exija de quem vai governá-la políticas à altura dos desafios que estão sobre a mesa. Políticas, no dizer de Ignacy Sachs, que levem em consideração não apenas as bolsas, mas também os bolsos – e a vida – das pessoas.

O tempo vai dizer se os ambientalistas conseguirão dar esses passos decisivos. Se não derem, será dramático.

